

entrevista da semana

Hubert Alquéres,
Secretário de Educação do Estado

‘O aluno está na escola para aprender e não para ser reprovado’

THAINÁ LANA
thainalana@dgbabc.com.br

No cargo desde junho, o secretário de Educação do Estado, Hubert Alquéres, defende que a escola em tempo integral é o caminho para melhorar a educação do Es-

tado, tanto do ponto de vista pedagógico quanto social – 31% das unidades da região (99 de 315) têm ensino integral.

Entre as principais ações realizadas no Grande ABC nos últimos anos, o gestor destaca o repasse de R\$ 177,6 milhões para

o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), verba utilizada pelas instituições para manutenção e contratação de serviços – iniciativa que Hubert pontua como essencial para autonomia e melhor funcionamento das unidades de ensino.



RAIO X

Nome: Hubert Alquéres
Idade: 64 anos
Local de nascimento: Petrópolis (RJ) e mora na Capital (SP)
Formação: Engenharia civil
Hobby: Leitura e cinema
Livro que recomenda: Qualquer um da autora Agatha Christie
Personalidade que marcou sua vida: Mário Covas
Profissão: Professor de engenharia, física e matemática
Onde trabalha: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Qual a realidade do ensino integral hoje no Estado de São Paulo e quais os benefícios escolares e sociais deste modelo?

O Novo Ensino Médio e as escolas de tempo integral trazem diversos benefícios para os alunos e professores. O governador Rodrigo Garcia (PSDB), que é um entusiasta desses modelos, pediu para que o ensino integral fosse consolidado nas instituições estaduais, sobretudo na etapa do ensino médio. Este é um projeto prioritário do governo estadual e pretendo ampliar durante a minha gestão à frente da secretaria. Quando o ex-governador João Doria (PSDB) assumiu o governo, São Paulo tinha 364 escolas de ensino integral e hoje são mais de 2.500. E o resultado desta expansão é percebido do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que mostra que os alunos em escolas de tempo integral apresentam melhor desempenho escolar em comparação com os estudantes de escolas regulares.

Atualmente, quantas escolas do Grande ABC contam com o ensino integral?

Das 315 escolas estaduais presentes nas sete cidades da região, 99 já são de tempo integral. Isso representa 31% das unidades. Além do fator pedagógico, a educação de tempo integral também impacta em outros setores, como social, cultural e até na segurança pública. Segundo pesquisa do Instituto Natura e do IFRS (Instituto Rio Grande do Sul), realizada com escolas de ensino integral de Pernambuco, os alunos matriculados nessas instituições têm menos chances de ingressar na criminalidade, pois passam mais tempo na escola e também desempenham melhores resultados pedagógicos. Outro ponto importante do ensino integral é em relação aos professores. Eles recebem um adicional para trabalhar nas unidades que possuem esse modelo implantado e, devido à maior carga horária e maior salário, conseguem diminuir as aulas em outras escolas e não precisam atuar em diferentes unidades. O docente fica mais envolvido com a instituição, consegue desenvolver melhor a turma e cria um



“Educação em tempo integral também impacta em outros setores, como social e cultural.”

senso de pertencimento com aquela comunidade. Por isso que o Estado pretende universalizar esta modalidade, para que seja a realidade de São Paulo.

Qual o maior desafio para que uma escola possa aderir à educação integral?

Ampliação de salas. Como as escolas funcionam com grandes grupos de alunos entre os turnos, não têm espaço. As unidades que passaram a integrar o projeto tinham espaço físico para isso. Tem também a questão dos professores. Muitos docentes dão aulas em diferentes escolas e não conseguem concentrar as 40 horas na mesma instituição. A expectativa é que ocorra uma migração do corpo docente das unidades regulares para de ensino integral.

Como funcionam as aulas de contraturno no Novo Ensino Médio?

No período regular ocorre a formação básica com as tradicionais disciplinas, como português, matemática, história e geografia, entre outras. No contraturno é oferecido o itinerário formativo, que trabalha de forma transversal essas matérias de maneira mais ampla, técnica e profissionalizante. Esse novo modelo escolar é mais moderno e também destaca a atuação do professor, que não é mais aquele sujeito que passa o conhecimento de forma enciclopédica para o aluno. Hoje ele é muito mais um curador do conhecimento e um facilitador para o processo de aprendizagem.

Como está a implantação do Novo Ensino Médio no Estado?

São Paulo foi o primeiro estado que universalizou o modelo do ensino médio. Começamos com os primeiros anos, neste segundo semestre serão os segundos e no próximo ano os terceiros anos já estarão com o novo modelo adaptado. A grande tarefa depois da implantação do ensino integral é a consolidação do Novo Ensino Médio.

O senhor atuou como secretário-executivo da educação no governo Mário Covas (1995 a 2002). Quais as principais mudanças e avanços na área nesse período?

A educação em São Paulo avançou bastante, principalmente por conta da parceria do Estado com os municípios. Antes, apenas 10% das escolas eram municipais, a educação basicamente toda era concentrada na rede estadual. Hoje o cenário é diferente, a maioria dos alunos estão matriculados na rede municipal e considero essa mudança como um grande avanço, porque a rede municipal conhece as características da comunidade, do local, e consegue trabalhar melhor para desenvolver os estudantes, principalmente nos anos iniciais. Outro significativo avanço foi a diminuição da defasagem de idade dos alunos nas séries escolares. São Paulo tinha um nível elevado de retenção e evasão escolar. Era comum um estudante que já deveria ter ingressado no ensino médio estar cursando ainda o

ensino fundamental, por exemplo. Os estudantes ficavam patinando com múltiplas reprovações, o que não era bom nem para escola nem para o estudante. Hoje conseguimos corrigir esse fluxo e a maioria dos alunos cursa os anos conforme a idade adequada.

O senhor citou que o Estado conseguiu corrigir o fluxo de reprovação dos alunos. Essa medida não prejudica o processo de aprendizagem e conhecimento do estudante?

Eu defendo que o aluno está na escola para aprender e não para ser reprovado. Então as avaliações têm que ser diagnósticas e não punitivas. O que isso significa na prática? A aplicação de uma prova ao estudante é para detectar quais são as dificuldades dele e quais pontos precisam ser trabalhados pelos professores, tanto ao longo do ano como em períodos de recuperação e reforço escolar. A lógica da reprovação é como um hospital que se orgulha de não curar o paciente. A escola não está ali para reprovar, mas sim para

ensinar e formar o jovem. Isso não significa aprovação automática. Nossos índices de reprovação são semelhantes aos das escolas particulares, que variam entre 5% a 8%, dependendo das regiões. O que mudou efetivamente para que chegassemos a este cenário foi uma mudança cultural, de que a avaliação não pode ser punitiva, precisamos recuperar o aluno ao invés de ir pelo mais fácil que é a reprovação.

Quais ações a secretaria promoveu neste retorno às aulas para tentar suprir os impactos negativos da pandemia da Covid-19?

A pandemia foi um desafio para educação do mundo inteiro e trouxe prejuízos aos professores, estudantes e toda a comunidade escolar. Para tentar recuperar e minimizar de alguma forma os impactos, estamos trabalhando em três principais e necessárias etapas. A primeira é a busca ativa de alunos, pois muitos deixaram de estudar durante esse período. Após a recuperação, precisamos acolher esse jovem na escola, que ficou por dois anos sem convívio social. Sabemos dos impactos na saúde mental que a pandemia deixou e, por isso, o Estado contratou 1.200 psicólogos para atuar nas 91 diretorias de ensino distribuídas por São Paulo, para auxiliar tanto os alunos quanto os professores neste retorno. A terceira frente de trabalho, e a mais importante, é a etapa de aprendizado. Todas as escolas estão realizando revisões de conteúdos e reforço escolar com as turmas.

Qual a importância do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) para atuação autônoma das escolas?

Acredito na autonomia pedagógica, financeira e administrativa das escolas. Cada instituição possui suas singularidades e por isso os diretores, coordenadores e a própria comunidade sabem melhor o que a unidade necessita. Somente na gestão do Rodrigo Garcia, como vice e como governador, de 2019 até 2022, foram destinados para o PDDE das escolas estaduais de São Paulo R\$ 2,7 bilhões. No mesmo período, para as escolas do Grande ABC



“O professor é um curador do conhecimento e um facilitador para o processo de aprendizagem.”

foram R\$ 177,6 milhões. Esse dinheiro vai para as APMs (Associações de Pais e Mestres), e eles deliberam o uso da verba em conjunto com a coordenação da escola. Essa medida melhora o ambiente escolar de diversas maneiras, porque eles conseguem realizar obras, serviços de manutenção, compra de produtos, entre outras ações de maneira mais ágil e eficaz e também de forma mais direcionada.

Em entrevista recente, o senhor falou que pretende anunciar programa de bolsas para formandos do ensino médio que queiram se tornar professores e para docentes da rede estadual cursarem uma segunda licenciatura e poderem ministrar aulas em duas disciplinas. Quando esse programa será anunciado e como deverá funcionar?

A segunda licenciatura para os docentes é fundamental. São Paulo tem hoje mais de 210 mil professores, sendo que 120 mil (5.500 no Grande ABC) fizeram apenas uma licenciatura. Em menor tempo que uma graduação convencional, por serem formados em outra área, eles conseguem eliminar diversas matérias. Com isso, conseguiremos formar professores que poderão atuar na rede pública. Já no caso dos estudantes, o incentivo será oferecido para os alunos que forem destacados em alguma disciplina. Estamos alinhando ainda alguns detalhes do programa, como as instituições de ensino superior que serão credenciadas, valores da bolsa que serão ofertadas, entre outras questões administrativas, mas a previsão é que o programa seja anunciado ainda neste segundo semestre.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 4